

BANCO DE ALIMENTOS E RESTAURANTE POPULAR: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME

Janine dos Santos Pinto¹
nine94@gmail.com

Dr. Sebastião Ailton da Rosa CerqueiraAdão²
sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

Resumo: Este estudo teve como objetivo identificar as percepções dos atores políticos e sociais sobre as dificuldades na implementação de Políticas Públicas Municipais de Combate à Fome, no município de Santana do Livramento/RS. A abordagem utilizada foi qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, adotando-se o método de estudo de campo com observação participante. Como técnicas de coletas de dados, foram utilizadas entrevistas e observações, realizadas em secretarias pertencentes à gestão pública municipal e em um bairro carente do município de Santana do Livramento/RS. Utilizou-se para as anotações dos fatos observados, um diário de campo durante a realização das entrevistas. A análise interpretativa foi utilizada como forma de análise dos dados. Ao final deste estudo concluiu-se que, as dificuldades na implementação das Políticas Públicas de combate à fome no município de Santana do Livramento/RS, existem devido a uma infinidade de fatores, dentre eles a falta de uma interação satisfatória entre os atores formadores das Políticas Públicas, limitações financeiras da atual gestão municipal, carência de locais para o funcionamento de um Banco de Alimentos e um Restaurante Popular, entre outros. O estudo trouxe como prioridade, a preocupação na amenização do problema da fome, ponderando a necessidade da gestão municipal local em ser mais atuante junto às comunidades carentes.

Palavras-Chave: Combate à Fome. Banco de Alimentos. Restaurante Popular. Políticas Públicas.

Abstract: This study aimed to identify the perceptions of political and social actors about the difficulties in the implementation of Municipal Public Policies to Fight Hunger, in Santana do Livramento / RS. The approach used was qualitative, exploratory and descriptive, adopting the field study method with participant observation. As data collection techniques, interviews and observations were carried out in secretariats belonging to the municipal public management and in a deprived neighborhood of Santana do Livramento / RS. For the notes of the observed facts, a field diary was used during the interviews. Interpretative analysis was used as a form of data analysis. At the end of this study it was concluded that the difficulties in the implementation of Public Policies to fight hunger in the city of Santana do Livramento / RS, exist due to a multitude of factors, among them the lack of a satisfactory interaction between the actors that form the Public Policies, financial limitations of the current municipal management, lack of places to operate a Food Bank and a Popular Restaurant, among others. The study brought as a priority, the

¹ Discente da Universidade Federal do Pampa / Tecnologia em Gestão Pública-Santana do Livramento/RS

² Professor da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento/RS

concern to alleviate the problem of hunger, pondering the need for local municipal management to be more active with the needy communities.

Keywords: Hunger fight. Food bank. Popular restaurant. Public policy.

1. INTRODUÇÃO

A humanidade, seguindo uma linha temporal que vai desde o surgimento das primeiras civilizações até às sociedades contemporâneas, compostas por grandes nações, sempre preocupou-se com a questão de maior relevância para sua existência: a fome.

Alguns autores como Ribeiro Junior (2008) defendem que, nas formas como a raça humana busca o seu alimento e se alimenta de fato, estariam implícitas questões de ordem biológica, supondo que só através de uma alimentação equilibrada com a presença mínima de nutrientes necessários, é que o corpo humano estaria apto às suas funções sistêmicas. Do ponto de vista social é importante ressaltar que a cultura explícita de um povo para outros expectadores, possa ser também definida por traços marcantes presentes na forma como as pessoas se alimentam.

O Brasil de uma forma geral, ao se analisar toda a sua conjuntura e diversidade regional, demonstra um panorama bastante curioso em relação à alimentação da população. Se na região Sudeste, mesmo que esta represente a maior concentração de variedades no setor alimentício devido à presença de indústrias do gênero, há um elevado consumo de *fast-foods*. Já na região Sul existe uma forte tendência de cunhos cultural e regional, pelo consumo de produtos alimentícios de origem animal e aqueles provenientes de mão-de-obra agrícola, estes bastante consumidos de forma *in natura*. De acordo com Castro (1963), mesmo que as regiões sul e sudeste ainda representem melhores condições e variedades de alimentos como frutas, verduras e produtos industrializados, mesmo assim existe um alto grau de subnutrição nestas localidades.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, devido à diversidade regional produtiva do território gaúcho frente às outras regiões brasileiras, destacou a necessidade de propor metas para o seu desenvolvimento. Neste contexto, foram criados Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES/RS). Segundo o relatório 2010-2020, do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste - COREDE-FO- parceria de planejamento feita como estratégia entre o COREDE-FO, Universidade Federal do Pampa e Governo do Rio Grande do Sul, a região Fronteira Oeste é considerada a mais pobre do Estado. Segundo o relatório COREDES-FO (2010), embora o Programa Bolsa Família fosse de real importância para a redução da extrema pobreza na última década, o número de pessoas pobres na região Fronteira Oeste vem aumentando, o que gera a necessidade de novos investimentos e políticas de inclusão social, sobretudo em municípios como Santana do Livramento.

O município de Santana do Livramento, localizado na região do pampa gaúcho, fronteira Oeste do Estado do Rio grande do Sul caracteriza-se pela produção local de alimentos dos setores hortifrutigranjeiros, situação esta que possibilita o abastecimento de pequenos centros comerciais de gêneros alimentícios, localizados nas grandes periferias da cidade. Contudo, essa característica de produção e distribuição peculiar ao município de Santana do Livramento, está longe de suprir totalmente as necessidades alimentícias dos vilarejos santanenses.

De acordo com os problemas enfrentados pela população santanense na questão da falta de alimentos, ora por situações de extremas dificuldades financeiras, ora por questões logísticas dos bairros carentes em relação à região central da cidade, este estudo inquietou-se no sentido de responder à seguinte indagação: Quais as percepções dos atores sociais e políticos, sobre as

dificuldades na implementação de Políticas Públicas Municipais de combate à fome, no município de Santana do Livramento/RS?

Neste contexto, o presente artigo teve como objetivo geral identificar as percepções dos atores sociais e políticos, sobre as dificuldades na implementação de Políticas Públicas Municipais de combate à fome, no município de Santana do Livramento/RS. Os objetivos específicos deste artigo foram: a) Identificar as Políticas Públicas e os atores responsáveis/ONGs que atuem no sentido de combate da fome, da miséria e das desigualdades sociais no município de Santana do Livramento/RS; b) Verificar as condições necessárias para a implementação do Banco de Alimentos como Política Pública no município de Santana do Livramento - RS, através da identificação com estudos existentes no contexto brasileiro; e c) Conceituar e caracterizar o Restaurante Popular, no sentido da sua importância na alimentação da população carente no município de Santana do Livramento/RS.

Pesquisar sobre fome e miséria no Brasil justifica-se, conforme Rodrigues (2011) por se tratar de uma preocupação em relação a Políticas Públicas, tendo como entendimento o seu caráter transformador social, trazendo para o debate entre o poder público e a sociedade, questões como a vulnerabilidade social, problemas explicitamente presentes nas comunidades de carentes da periferia de Santana do Livramento/RS. A relevância para abordar-se o tema da fome no município de Santana do Livramento, pode ser também justificada devido ao conjunto de transformações econômicas ocorridas durante o processo de industrialização da cidade, fato este que, segundo Albornoz (2018), ora ajudou a inserção da população santanense no mercado de trabalho, ajudando na subsistência alimentar das famílias, ora se tornou preocupante, devido a evasão de importantes empresas e fábricas do município.

Teoricamente, espera-se que este estudo reúna um conjunto de autores que abordem a fome e a miséria no Brasil, bem como a importância dos Bancos de Alimentos e dos Restaurantes Populares e que este conjunto de informações sirva de base para outros estudos que busquem explorar esse tema. Como justificativa prática, pretende-se que os resultados obtidos com este estudo sirvam de base para a tomada de decisão dos gestores públicos do município de Santana do Livramento/RS, no que diz respeito à resolução da fome, da miséria e das desigualdades sociais.

Estruturalmente, este artigo fora subdividido em cinco partes. Após o texto introdutório, serão apresentados os tópicos relacionados à fundamentação teórica onde foram explanados conceitos sobre Políticas Públicas, atores e ONGs e seus papéis nas Políticas Públicas, Banco de Alimentos no Brasil e a conceituação e caracterização do Restaurante Popular. Posteriormente, foram expostos o método de pesquisa utilizado para a produção deste artigo, as análises dos resultados obtidos para finalmente, serem apresentadas as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo abordam-se as Políticas Públicas, seus conceitos, atores envolvidos / ONGs, e relevância das Políticas Públicas no combate da fome, da miséria e das desigualdades sociais em seguida aborda-se sobre o Banco de Alimentos no contexto brasileiro e, por último, discute-se sobre os conceitos e características do Restaurante Popular como incentivador à implementação de um Banco de Alimentos.

2.1 Políticas Públicas: Conceitos, Atores envolvidos / ONGs, e Relevância das Políticas Públicas no combate da fome, da miséria e das desigualdades sociais

A compreensão de um termo segundo Secchi (2013), em seu sentido epistemológico, varia de acordo com as diversas definições que este termo pode apresentar, dependendo da expressão linguística usada em uma determinada localidade.

Quando a política é vista como forma de poder sobre o cidadão, ela é expressa como *Politics*, o que significa “atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”, como aborda Bobbio (2002, apud SECCHI, 2013, p. 1). Essa conceituação remete ao sentido prático, àquele expresso nas teorias e nos trâmites da Administração Pública burocrática.

De acordo com Secchi (2013), a palavra “política”, ganha um sentido mais dinâmico de ação e decisão, quando é associada ao sentido da palavra inglesa *Policy*. Política Pública ou *Public Policy* é a forma mais conveniente para a definição de uma política, que agirá de modo a resolver um problema relevante, que atinge uma localidade e a sua população.

Ainda conforme Secchi (2013), é importante que os atores políticos tomem conhecimento do processo de criação e posterior implementação das Políticas Públicas, ou seja, das fases pelas quais essas políticas transcorrem, desde o surgimento e idealização até à extinção (*policy cycle*).

O ciclo das Políticas Públicas, muitas vezes, pode não apresentar uma ordem linear entre suas fases, fazendo com que as mesmas conversem entre si. Na visão de Secchi (2013):

a) Na fase da identificação do problema, é necessário levar-se em consideração a visão dos muitos atores envolvidos sobre determinado problema, ter-se a definição clara da questão a ser resolvida e avaliar se o problema terá possibilidade de resolução;

b) Durante a formação da agenda, ocorre o levantamento dos problemas mais relevantes, podendo ser apresentada em formato de lista de pautas que ganham intenso fluxo de saída e de entrada das agendas;

c) A formulação das alternativas corresponde às inúmeras possibilidades de solucionar um problema;

d) Na fase de tomada de decisão, avaliam-se os métodos que serão utilizados na resolução de um problema; na implementação, é possível observar a concretização da Política Pública, e seus níveis de erros e acertos;

e) Durante a avaliação, a Política Pública mostrará sua real eficácia diante da questão que a desenhou e, caso o problema tenha sido resolvido, a Política Pública pode finalmente ser extinta, mesmo que a sua extinção provoque relutância por alguns dos beneficiários de determinada Política Pública, conforme Secchi (2013, p. 67).

As Políticas Públicas podem ser classificadas de acordo com seus graus de aprovação, segundo Secchi (2015, apud LIMA; D’ASCENZI, 2018, p. 51):

DISTRIBUTIVAS: [...] (grupos de pessoas, categorias sociais, habitantes de certas regiões, etc.), com custos difusos para toda a sociedade. [...]

REGULATÓRIAS: [...] Como exemplo, podemos pensar nos processos administrativos, nas leis e nos códigos [...].

REDISTRIBUTIVAS: [...] para um ator ganhar, outro deve perder [...]. Por exemplo, a demarcação de terras indígenas.

CONSTITUTIVAS OU METAPOLÍTICA: [...]. O maior exemplo é a Constituição Federal [...].

De acordo com Brasil (2010, p. 93), o Programa Fome Zero de 2003, possibilitou a inclusão de novas iniciativas de distribuição alimentar, como demonstrado a seguir:

Outros programas envolvem distribuição de alimentos às populações excluídas, restaurantes populares, bancos de alimentos, agricultura urbana, distribuição de vitamina A, de ferro, educação nutricional, monitoramento da nutrição e saúde, e incentivos fiscais para empresas que façam investimentos na manutenção de restaurantes para seus trabalhadores.

Conforme explica Brasil (2010), o programa Bolsa Família, caracterizado como Política Pública distribuidora e transferidora de renda às famílias de baixa renda excluiu milhares de pessoas da miséria, além de baixar os níveis de desnutrição crônica em crianças, com tempo de vida inferior a um ano de idade.

Ainda de acordo com Brasil (2010, p. 153), dentro do Programa Fome Zero, inúmeras ações, programas e Políticas Públicas foram realizados para a questão da redução da fome no Brasil, como mostra a seguinte observação:

Dentre os programas e ações integradas que compõem o Fome Zero, destaca-se a criação do Bolsa Família, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da implantação de uma rede de equipamentos de segurança alimentar em todo o País, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos. Houve ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inclusive com compras diretamente dos agricultores familiares e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) juntamente com o plano Safra.

Conforme Secchi (2013, p. 99), o termo “ator” tem relação com as artes cênicas e, em Políticas Públicas, denomina a capacidade que indivíduos, organizações ou grupos possuem para agir com dinamismo diante da tomada de decisões, cada qual exercendo o seu papel de forma a converterem o esforço coletivo em ação.

Para Rodrigues (2011), os responsáveis pela visualização das Políticas Públicas são os denominados atores políticos, os quais podem ser subdivididos em públicos, privados, individuais ou coletivos. Os atores públicos como juízes e gestores públicos, carregam a missão de decidir determinada Política Pública enquanto que os atores privados, representados por consumidores usuários de serviços públicos, ONGs, entre outros, são caracterizados por provocarem pressão ao Governo, no sentido da tomada de atitudes.

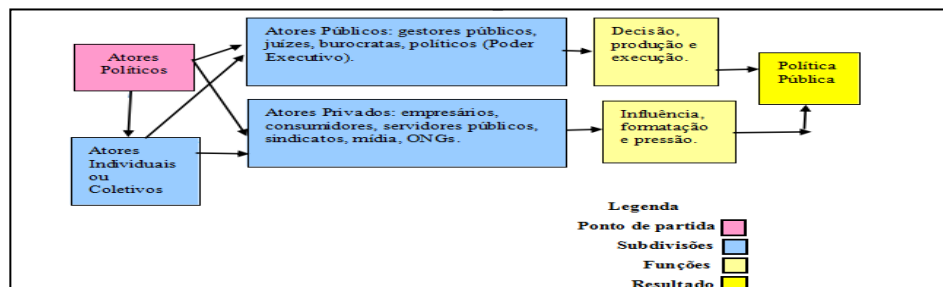
Sendo o gestor público, o ator mais importante dentro do processo formador de uma Política Pública, Rodrigues (2011, p. 22 e 23) aponta que é necessário traçar um estereótipo do seu papel:

Ser portador de competências multidisciplinares, que o habilitem a refletir sobre o papel do Estado, das complexas relações entre o público e o privado e das exigências do desenvolvimento comprometido com o bem-estar da sociedade, e de conhecimento específico em áreas prioritárias de interesse coletivo imediato (como saúde, educação, previdência, transporte, segurança) constituem características fundamentais da função de gestor, que podem contribuir, inclusive, para maior eficiência das políticas públicas.

Ainda, de acordo com Rodrigues (2011) outras atribuições devem ser consideradas para que o gestor público possa conduzir com eficiência o andamento da Política Pública proposta, o que culminará com a eficácia em seu desfecho: análise do ambiente social político e econômico; planejamento; utilização consciente dos recursos; ação focada nos princípios da liberdade, da

justiça social e da ética, entre outros. Seguindo os principais pontos defendidos pelo autor, que definem uma boa gestão em prol de Políticas Públicas, é possível representar o processo de formação das mesmas no esquema do Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Atores envolvidos no processo de formação das Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pela autora com base em Rodrigues (2011).

Com base no Quadro 1 acima, de acordo com Rodrigues (2011), tem-se que as Políticas Públicas são denominadas por atores políticos que exercem papéis burocratizados dentro do serviço público ou até mesmo papéis informais dentro do setor privado e da mídia, podendo estes atores agirem de forma coletiva ou individual. Entende-se que todos os atores envolvidos no processo de formação das Políticas Públicas, são denominados atores políticos, subdivididos em públicos ou privados e individuais ou coletivos, cada qual desempenhando suas funções para o desfecho no qual, como afirma Rodrigues (2011, p. 21) “as Políticas Públicas são desenhadas por atores políticos”.

Para Lima e D’Ascenzi (2018) é importante delimitar os atores envolvidos em uma Política Pública, considerando-se que existam inúmeros problemas de ordem pública a serem discutidos e para a formação das agendas de cada Política Pública. É provável que os conjuntos de atores envolvidos sejam diferentes para cada caso. O Quadro 2 abaixo representa os principais atores envolvidos no processo formador de uma Política Pública e seus papéis:

Quadro 2 - Principais atores e seus papéis na formação das Políticas Públicas

Atores nas Políticas Públicas	Papéis Desempenhados
Políticos Eleitos	Representam o interesse coletivo da sociedade. Alocam pessoas para trabalharem em cargos de confiança e assessoramento.
Burocratas	Cidadãos concursados, responsáveis pela administração da máquina pública. Possuem poder para conformar, implementar e discricionariedade para escolher as políticas que serão implementadas.
Grupos de Interesse	Denominados “grupos de pressão”. Organizam-se formal ou informalmente promovendo greves, marchas, campanhas publicitárias, entre outros.
Meios de Comunicação (MÍDIA)	Considerado o “quarto poder”, exercendo um papel importante na opinião pública. Pode contribuir na discussão sobre a Política Pública, de forma negativa ou positiva.
Policytakers ou Beneficiários	Denominados os “atores passivos”, aos quais serão destinadas as Políticas Públicas. Influenciados pelos meios de comunicação e por espaços de ativismo social.
Agências Reguladoras	Descentralização administrativa. Favorece a estabilidade e segurança jurídica para o cálculo econômico. Financiamento de políticas e reserva de recursos para programas sociais.

Fonte: Elaborado pela autora com base e Lima e D’Ascenzi (2018).

O Quadro 2 possibilita visualizar como atuam os principais atores envolvidos nas Políticas Públicas. De acordo com Lima e D’Ascenzi (2018), estes seriam os papéis que cada ator deveria desempenhar diante do processo de delimitação e implementação de uma Política Pública, muito embora na prática, a realidade seja diferente da teoria. Segundo as críticas de Secchi (2013), os políticos tendem a dar importância, nos momentos de campanha eleitoral, aos

problemas públicos com ênfase na mídia, retardando questões importantes de ordem pública que poderiam ser resolvidas anteriormente.

Múltiplos são os atores que motivam a criação de uma Política Pública, até mesmo quando esses atores deixam de existir e contribuir economicamente dentro de uma comunidade. Segundo Albornoz (2018), houve interesse pela industrialização americana do setor frigorífico em território brasileiro, devido à produção ostensiva de gado de corte presente na Região Sul do Brasil. Esse processo de industrialização, denominado binacional, proporcionou a criação de inúmeros empregos na Região Sul do Brasil, fronteira com o Uruguai, conforme Albornoz (2018, p. 11):

[...] Numa visão mais abrangente das relações internacionais, em que os atores não governamentais exercem uma participação paralela ou complementar às relações interestaduais, o comércio, as viagens, a circulação de pessoas, ideias e crenças, fazem com que a fronteira seja um lugar de encontro e de aproximação, hipótese esta que procurarei demonstrar. A outra hipótese desta dissertação refere-se à instalação de um grande frigorífico, de uma poderosa empresa multinacional, numa região quase sem agricultura e sem indústrias, fazendo com que este se transformasse num poder econômico superior ao poder local, já que se constituiu na praticamente única fonte de empregos.

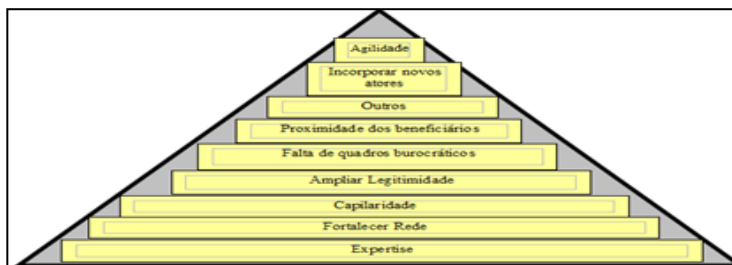
De acordo com Albornoz (2018) o maior problema econômico-social nos dias atuais em cidades como Santana do Livramento, foi o fechamento de grandes indústrias, responsáveis pela arrecadação considerável de ICMS. Se por um lado os cofres públicos sofrem o impacto da desindustrialização, a população sofre com o desemprego em massa.

Segundo Oliveira e Silva Júnior (2013), as Organizações Não Governamentais - ONGs - foram criadas pela Organização das Nações Unidas – ONU - em meados da década de 40 e eram caracterizadas por receber recursos públicos para investimento em projetos sociais, com o objetivo de desenvolver as comunidades. Na década de 80, as ONGs ajudaram na criação de alianças entre instituições e as populações. Nos anos 90, as ONGs no Brasil tiveram maior visibilidade através de acontecimentos como fóruns e discussões, sobretudo em temas como o combate à fome. As ONGs podem ser também denominadas como conjuntos formados por entidades, agentes e ativistas, que compartilham dos mesmos ideais (LANDIN, 1993).

Conforme relatou Perez (2005), a luta por direitos sociais no Brasil motivou a sociedade civil a se organizar durante a ditadura militar, movimento político que marcou o período que datou de meados dos anos 60 até o ano de 1985. Esse processo reivindicatório pelas questões de justiça social e democracia, deu origem ao surgimento das ONGs e, conseqüentemente, às Políticas Públicas brasileiras.

As ONGs têm papel importante de atuação em Políticas Públicas. De acordo com Lopez e Abreu (2014), as ONGs contrastam com a tradicional burocracia política, no que diz respeito à flexibilidade e à rapidez no processo de implementação das Políticas Públicas, como mostra o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 : Vantagens das ONGS no processo de implementação das Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pela autora com base em Lopez e Abreu (2018).

A pirâmide presente no Quadro 3 acima transcreve o que o estudo de Lopez e Abreu (2018) almejou demonstrar ao realizar entrevistas destinadas a gestores de órgãos federais: os principais fatores por ordem de importância que, segundo os gestores federais, tornam a participação das ONGs necessárias como forma desburocratizante na implementação das Políticas Públicas. A base piramidal faz menção à qualificação de políticas; o fortalecimento das redes corresponde ao fator que faz ligação com a legitimidade da política, por meio da adoção de práticas e reconhecimento de direitos, corresponde à participação do poder público como financiador para a sobrevivência das ONGs e à incorporação de novos atores, através da mobilização de grupos societários; a capilaridade esta relacionada ao alcance da política; e, por fim, a agilidade, corresponde à economia nos custos e à desburocratização nos processos para a implementação das políticas.

Conforme Brasil (2010) destaca-se no processo formador das ONGs no Brasil, o Fórum Brasileiro pela Segurança Nutricional e Alimentar - SAN, que se caracteriza como espaço articulador dos movimentos sociais e ONGs internas. Mesmo que o SAN ganhasse visibilidade notória no governo do Presidente Lula, no ano de 2003, essa organização da sociedade civil brasileira, já existira em outros governos pró - democracia de anos anteriores. O governo Lula, ampliou a participação da sociedade civil na discussão sobre políticas de combate à fome com a restauração do CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo Brasil (2010), o impacto positivo do Programa Fome Zero no Brasil, chamou a atenção de ONGs internacionais como a Action Aid Internacional, ONG formada no ano de 1972 por cerca de 50 países que direciona às populações brasileiras das regiões norte, nordeste e sudeste, programas no sentido de segurança alimentar e nutricional, consciência racial, educação, governança justa e democrática, entre outros.

De acordo com FAO (2018), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO - tem como missão incentivar os países às práticas da agricultura sustentável e da segurança alimentar. O Brasil foi o primeiro país a aderir ao desafio proposto pela FAO até 2030: diminuir a fome no mundo.

Conforme relatou FAO (2018), o planeta Terra possui grande biodiversidade, porém é necessária a conscientização da humanidade no sentido do desperdício.

De acordo com FAO (2018), as pessoas, governos, empresas privadas e suas ações, estão intimamente ligados ao sucesso ou insucesso da erradicação da fome e da pobreza no mundo. Líderes políticos podem desenvolver pesquisas de alcance, para apurar as necessidades da população; a agricultura familiar deve ser estimulada através da criação de cooperativas, apostando em parcerias fortes para a superação de problemas contingenciais como o clima, por exemplo; evitar desperdícios de água e alimentos; iniciativas do setor privado, como a inclusão dos supermercados no programa FAO SAVE FOOD de redução de desperdícios alimentares.

Após apresentar-se a conceituação de Políticas Públicas, atores políticos e sociais e ONGs e a relevância das Políticas Públicas no combate da fome, da miséria e desigualdades sociais, a seguir apresenta-se as características e conceitos de Banco de Alimentos no Brasil.

2.2 Banco de Alimentos no Brasil

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criou o programa Banco de Alimentos, como medida voltada para minimizar a fome no Brasil. Segundo alguns estudiosos das ciências sociais e políticas, os Bancos de Alimentos no Brasil envolvem um conjunto de características, gerando benefícios à população carente de alimentação básica.

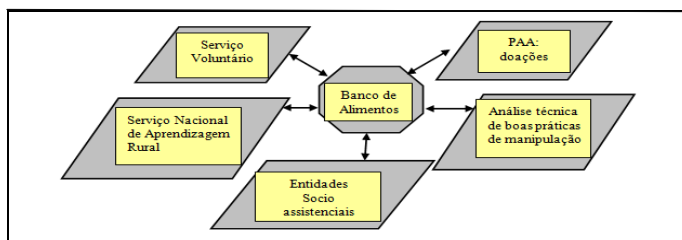
Para Gasparoni (2017), os bancos de alimentos configuram como instituições que sobrevivem por meio de doações de alimentos, seguindo padrões específicos de seleção, pesagem e distribuição, atendendo aos quesitos necessários para a segurança alimentar de uma localidade. Para Brasil (2010), as doações feitas ao Banco de Alimentos, podem ser oriundas tanto da esfera privada representada pelo setor alimentício ligado ao comércio, como também provenientes do setor público, representado por programas governamentais de combate à fome e ao desperdício de alimentos.

De acordo com Brasil (2006), a criação de um Banco de Alimentos envolve, sobretudo, a preocupação com o treinamento de pessoal para o manuseio adequado, possibilitando a manutenção das características nutricionais dos alimentos bem como a prática adequada da higiene, desde o recebimento até a distribuição dos alimentos. Os recursos alimentícios devem ser tratados através de criterioso processo de seleção, desde a etapa do recebimento da doação de alimentos, como afirma Brasil (2006, p. 28):

Nesta etapa, o manipulador deve fazer uma seleção dos produtos que não apresentam condições de uso. Os alimentos recebidos devem ser inspecionados e armazenados o mais rápido possível a fim de manter a qualidade do produto. As embalagens externas como caixa de madeira, papelão ou caixa de papel devem ser removidas e descartadas para evitar atrair vetores e microrganismos para o ambiente.

Segundo Gasparoni (2017), o Banco de Alimentos tem como finalidade, atingir às pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar, considerando que uma alimentação deficiente, pode levar as pessoas a terem problemas e distúrbios de ordem alimentar como desnutrição, obesidade, doenças crônicas, entre outras. A implementação de um Banco de alimentos, pode representar ainda, como uma instituição articuladora de Políticas Públicas, conforme mostra o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - O Banco de Alimentos e sua articulação com as Políticas Públicas municipais no combate à fome



Fonte: Elaborado pela autora com base em Gasparoni (2017).

O Quadro 4 demonstra, segundo Gasparoni (2017), as inúmeras ligações que o Banco de Alimentos pode manter juntamente com uma diversidade de atores e propostas de Políticas Públicas municipais:

a) O serviço de voluntariado pode ser desempenhado por atores técnicos bem como por ONGs que atuem no âmbito municipal;

b) A aprendizagem atua no meio rural, como capacitação para agricultores e funcionários ligados ao bom desempenho do Banco de Alimentos;

c) As entidades socioassistenciais, uma vez cadastradas na política de Banco de Alimentos, podem ser as articuladoras do esforço coletivo municipal, no sentido de fornecer refeições à comunidade carente do município;

d) É necessário que haja, para uma melhor segurança alimentar, a visita de técnicos em saúde para observar a manipulação dos alimentos doados ao Banco de Alimentos;

e) As doações ao Banco de Alimentos podem ter origem na agricultura familiar bem como no comércio de gêneros alimentícios local.

De acordo com Brasil (2010), o Programa Banco de Alimentos, que visa a doação e arrecadação de alimentos, em prol da população cuja situação é de vulnerabilidade social e alimentar, pode trabalhar em consonância com os programas Restaurante Popular e Cozinhas Comunitárias. No entanto, existem dificuldades na implementação dos Bancos de Alimentos, devido à falta de diretrizes sólidas para a tomada de decisão, como relata Brasil (2010, p. 222):

Um desafio importante diz respeito à falta de institucionalização do Programa. É necessária a definição clara dos compromissos e responsabilidades dos entes federados na implementação das ações que hoje, ainda, não estão colocados em dispositivos legais que possam garantir a unicidade da execução, a padronização dos serviços e a garantia da sustentabilidade do Banco de Alimentos como equipamento público.

Ainda de acordo com Brasil (2010), a presença de um Banco de Alimentos, além de servir como fator de diminuição da insegurança alimentar e de redução do desperdício de alimentos nas localidades onde são inseridos, colabora para o aparecimento de oportunidades de vagas de emprego e renda para a população. O Banco de Alimentos, pode ser considerado um “sistema descentralizado do Programa Fome Zero, na área de segurança alimentar e nutricional[...]” (Brasil, 2010, p.203). Neste sentido, a força de trabalho representada pela agricultura familiar se faz relevante.

Nesta etapa da fundamentação teórica, foi abordado o papel hipotético porém relevante do tema Banco de Alimentos como Política Pública de combate à fome, miséria e desigualdades sociais. No próximo tópico, será caracterizado o Restaurante Popular, no sentido de influenciar a criação de uma Política Pública denominada Banco de Alimentos para amenização da fome da população de baixa renda ou cujo contexto na sociedade, beira à miséria extrema.

2.3 Restaurante Popular: Conceitos e Características

De acordo com Brasil (2004), o Restaurante Popular é uma instituição proveniente do conjunto de ações que integram o Programa Fome Zero de 2003. O principal objetivo dos restaurantes populares no Brasil, é oferecer alimentação balanceada e segura em áreas que apresentem grande concentração de pessoas que, muitas vezes, se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar.

Conforme Dutra (2007), as mudanças no estilo de vida das famílias, com a ascensão da mulher ao mercado de trabalho, a informalidade trabalhista, a diminuição do tempo para as

famílias se reunirem nos horários das principais refeições do dia, fizeram com que os atores políticos pensassem na criação de espaços que possibilitassem a grandes grupos de pessoas alimentarem-se de forma segura e com preços acessíveis. Os restaurantes populares caracterizam-se por preencher essas exigências.

De acordo com Brasil (2010), os Restaurantes Populares têm ligação direta com alimentos produzidos pela agricultura familiar, através da Integração com o Programa de Aquisição dos Alimentos – IPAA, na esfera municipal. O Programa Restaurante Popular articula-se com o Programa Banco de Alimentos, no que tange à subsistência dos restaurantes através dos gêneros alimentícios adquiridos, parceria que é responsável pela redução do desperdício.

Ainda, conforme Dutra (2007), foi no ano de 2003 com o ingresso de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, que o Restaurante Popular fora tratado como prioridade de Governo, como medida de redução da fome estipulada pela SAN - Segurança Alimentar e Nutricional.

Conforme Brasil (2010), as refeições fornecidas pelo Programa Restaurante Popular, ajudam às famílias beneficiadas, no sentido da ampliação de suas rendas e qualidade de vida: o dinheiro que antes, era boa parte destinado à alimentação, após a implementação de unidades do Restaurante Popular, poderá ser aplicado em outras questões de necessidade básica como educação, por exemplo.

Após ser apresentada a fundamentação teórica do presente estudo, onde foram elencados os principais conceitos sobre Políticas Públicas, as principais Políticas Públicas no contexto brasileiro a partir de 2003, a importância do Banco de Alimentos como provedora na distribuição de alimentos às comunidades carentes e os significados do Restaurante Popular como fonte geradora de refeições de baixo custo à população com baixa renda e de diminuição dos desperdícios alimentares, a seguir, serão tratados os aspectos metodológicos da pesquisa.

3. MÉTODO

Atendendo ao viés de pesquisa social intrínseco aos objetivos do presente estudo, a abordagem foi realizada de forma qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando-se a técnica de estudo de campo com observação participante.

De acordo com Richardson et. Al (2012), a pesquisa qualitativa enfrenta certo preconceito, em razão de seu caráter subjetivo. Muitos pesquisadores tendem a dar maior relevância às experiências relatadas pelos entrevistados, deixando o conhecimento teórico que embasa a fundamentação proposta pelo objeto de estudo do investigador, em segundo plano.

Para Minayo; Deslandes e Gomes (2010), a pesquisa qualitativa não deve ser quantificada, considerando-se que ela trabalha com o conjunto formado por inúmeras culturas, valores e ações dentro das diferentes realidades vividas por cada ser humano.

O presente estudo apresentou uma natureza empírica. Neste sentido, Gil (2010) explana que, mesmo que as intenções do pesquisador estejam direcionadas para a apresentação de um estudo social pautado na objetividade, é impossível ignorar a subjetividade do pesquisador responsável pela construção do conhecimento. Em resumo, os cientistas sociais procuram estudar sobre acontecimentos e pessoas presentes nas suas realidades vividas, o que torna a construção do conhecimento passível de neutralidade (GIL, 2010, p. 12). Este estudo foi caracterizado como indutivo, tendo como finalidade de “levar a conclusões cujo o conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 68).

Esta pesquisa também pode ser caracterizada como exploratório-descritiva. A pesquisa exploratória costuma abordar temas de ampla generalização, sendo necessária a delimitação do

assunto proposto, servindo como influência e embasamento para pesquisas posteriores, tendo em vista que “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas não padronizadas [...]” (Gil, 2012, p. 27).

A pesquisa exploratória procura fazer um levantamento de informações, referentes ao elemento a ser observado, estudando os acontecimentos que norteiam um determinado fenômeno dentro de seu ambiente natural “delimitando assim um campo de trabalho” (SEVERINO, 2016, p.132).

O tipo de estudo utilizado foi a pesquisa de campo, caracterizada pela realização da coleta de dados no próprio ambiente onde acontecem os fenômenos a serem estudados (MARCIONI; LAKATOS, 2010). A pesquisa bibliográfica, faz-se sumariamente importante quando se utiliza a técnica de pesquisa de campo, como afirma Marconi e Lakatos (2010, p. 169):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto [...]

Com relação aos sujeitos da pesquisa, estes foram escolhidos de forma não probabilística. Também cabe salientar que os sujeitos foram selecionados intencionalmente, sendo que todos tem relação com o fenômeno estudado, estando vinculados ao poder público municipal de Santana do Livramento, sendo que um dos pontos para essa seleção também foi a disponibilidade para responder à entrevista. Para este estudo foram entrevistados três informantes chave, que atuam na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na Secretaria de Assistência e Inclusão Social, Gabinete da Primeira Dama do Município e também, representantes da comunidade em situação de vulnerabilidade social e alimentar. Os(as) secretários(as) entrevistados(as) foram identificados nesta análise como S1, S2 e S3. Os possíveis usuários das Políticas Públicas como U1, U2 e U3.

Conforme Gil (2008) é necessário que a pesquisa apresente um número relevante de sujeitos, interessados em responder às questões formuladas, enfatizando que, é sempre melhor entrar em contato com os sujeitos respondentes da pesquisa, de maneira antecipada.

No que tange à coleta de dados, para este estudo, estes foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas com os sujeitos de pesquisa por meio de um roteiro de entrevistas. Utilizou-se a observação participante com apontamentos feitos em um diário de campo.

A coleta de dados por meio de entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 178) consiste em “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. De acordo com Gil (2012), a entrevista é um dos principais meios de coleta de dados, utilizada nas mais diversas ramificações das Ciências Sociais como na Psicologia, Pedagogia, Sociologia, entre outras e, pode ser comparada, segundo o seu grau de importância à pesquisa social, aos ensaios laboratoriais necessários às Ciências da natureza.

Para Triviños (1987), a entrevista denominada semiestruturada valoriza as duas partes interessadas no contexto do diálogo: o pesquisador e o sujeito pesquisado. Se por um lado, o entrevistador possui um roteiro de entrevistas pré-elaborado antes da entrevista, o sujeito entrevistado não é direcionado, obrigatoriamente, a respostas concisas, tendo em vista que a entrevista semiestruturada pretende dar total liberdade ao entrevistado para que este expresse seus pontos de vista.

Além de ter feito o uso da entrevista como forma de coletar os dados da pesquisa, o presente estudo realizou a coleta de dados também usando a técnica de observação participante. A observação participante pode ser definida, conforme Gil (2012, p. 103), como “na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada.”

Para exercer o papel de participante ativo na pesquisa, o pesquisador raramente consegue manter sua neutralidade durante a pesquisa, deixando-se influenciar por antipatias ou simpatias pessoais, com as quais o pesquisador entrará em choque (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 177).

Ainda de acordo com Gil (2012), existem duas formas pelas quais o pesquisador se integrará à comunidade que deseja pesquisar: a) natural, onde o entrevistador já faz parte do grupo a ser estudado e b) artificial, onde além de não fazer parte do grupo, o pesquisador ainda terá de decidir se revelará suas intenções de investigação, tomando os cuidados necessários para não prejudicar seu interlocutor. Neste sentido, o presente estudo adotou a observação participante em sua forma artificial.

Com relação à análise de dados, estes foram coletados foram tratados com base na análise interpretativa, sendo que esta análise seguiu, com base no rigor científico, às categorias analíticas descritas no Quadro 5 abaixo, com o intuito de se analisar os dados referentes a cada um dos objetivos específicos desta pesquisa sem o problema de perder-se o fio condutor do presente estudo e ter-se, a certeza de que o objetivo geral será atingido, assim como a pergunta de pesquisa será respondida.

Conforme Severino (2016), a análise interpretativa requer ao autor da pesquisa, tomar posição própria sobre a síntese do texto escrito, sendo necessário que o pesquisador use de perspicácia para não expor traços culturais próprios e carregados de subjetividade, invalidando a real discussão sobre o tema.

Ainda de acordo com Severino (2016), a análise interpretativa subdivide-se em dois momentos: o momento de eficácia, onde a conclusão da pesquisa irá determinar se o autor atingiu os objetivos do seu estudo e o momento crítico: diz respeito à relevância da abordagem do autor, uma análise crítica feita pelo próprio pesquisador, no sentido da sua obra ter contribuindo para o entendimento do tema proposto. A crítica pessoal, feita pelo autor, consiste num posicionamento dotado de “maturidade intelectual” (SEVERINO, 2016, p. 64).

A pesquisa utilizou como unidades de análise, três secretários(as) da atual administração municipal e cidadãos residentes em localidades carentes do município, bem como, suas interações em seus ambientes naturais. Para facilitar o desenvolvimento das análises, foram estabelecidas categorias analíticas, exemplificadas no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5- Categorias de análises temáticas

TEMA CENTRAL	SUBTEMAS	ABORDAGENS ESPECÍFICAS	PRINCIPAIS AUTORES
POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME	- Atores - ONGs - Políticas Públicas	- Conceitos - Interações entre atores - Políticas Públicas no Brasil	- Secchi - Rodrigues - Lopez; Abreu - Lima; D'Ascenzi - FAO - Brasil
	- Banco de Alimentos	- Conceitos - Pessoas em situação de vulnerabilidade	- Gasparoni - Brasil
	- Restaurante Popular	- Conceitos - Agricultura familiar - Desperdício de alimentos	- Dutra - Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

Partindo das informações do Quadro 5 acima, a categorização temática deste estudo dividiu-se, a priori, em um tema central, a partir deste apresentaram-se os subtemas, cada um com suas abordagens específicas e, no sentido de elucidar melhor cada subtema, trouxe também os principais autores utilizados. Cabe ressaltar que, com base nessa categorização conseguiu-se visualizar os principais elementos deste estudo já descritos na introdução: o objetivo e os objetivos específicos, identificando que o objetivo geral está relacionado com o tema central e os objetivos específicos estão vinculados ao que no quadro acima se leem como subtemas.

A seguir faz-se a apresentação dos dados e a discussões dos mesmos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo central deste estudo girou em torno das principais percepções dos secretários da administração pública atual e usuários, ambos os grupos de atores representando polos extremos de um problema, questão esta referente às políticas públicas de combate à fome. Com o objetivo de respeitar a livre expressão dos atores, elaborou-se um questionário composto por dezesseis perguntas, sendo apresentadas de forma oral aos entrevistados. As entrevistas gravadas foram transcritas e foram observadas as condições e características dos ambientes pesquisados. Quatro das questões explanadas, dizem respeito aos aspectos socioeconômicos dos entrevistados e as doze perguntas restantes abordam questões referentes às Políticas Públicas: Conceitos, Atores envolvidos / ONGs, e Relevância das Políticas Públicas no combate da fome, da miséria e das desigualdades sociais, Banco de Alimentos no Brasil e Restaurante Popular: conceitos e características.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, observou-se que profissionalmente quatro dos entrevistados possuem trabalho fixo, com renda também fixa e duas entrevistadas, além de viverem com renda incerta e trabalharem apenas quando aparece serviço, possuem renda referente ao Bolsa Família. Quanto à moradia, somente um dos entrevistados reside no Bairro Centro. O Quadro 6 abaixo, evidencia os aspectos socioeconômicos dos entrevistados:

Quadro 6– Aspectos socioeconômicos dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Profissão	Bairro onde reside
S1	Feminino	40 anos	CLT	São Paulo
S2	Masculino	54 anos	Secretário	Centro
S3	Feminino	46 anos	Secretária	Wilson
U1	Masculino	32 anos	Comerciário	Vila Real
U2	Feminino	46 anos	Dona de casa	Vila Real
U3	Feminino	40 anos	Diarista	Vila Real

Fonte: Elaborado pela autora

Vistos os aspectos socioeconômicos dos entrevistados, a seguir passa-se a fazer a análise deste estudo a partir de seus objetivos específicos.

4.1 Políticas Públicas: Conceitos, Atores envolvidos / ONGs, e Relevância das Políticas Públicas no combate da fome, da miséria e das desigualdades sociais

Inicialmente os entrevistados foram questionados quanto à interação entre os atores formadores das Políticas Públicas, ou seja, sobre o interesse da atual gestão municipal, na pesquisa da real situação da população em situação de vulnerabilidade alimentar e na abertura que é dada pelo poder público para que os usuários das políticas assistenciais procurem ajuda.

Também foram abordados os papéis da mídia na divulgação dos programas e políticas públicas no sentido do combate à fome e investigadas quais as dificuldades na implementação dessas políticas.

A entrevistada S1, relatou que os responsáveis pela assistência social do município, têm contato direto com a população que necessita do alimento e que essas pessoas são beneficiadas através do Cadastro Único, sistema no qual são cadastrados os beneficiários do sistema de transferência de renda, ou seja, ligados ao Programa Bolsa Família. A declaração da secretária corrobora com o que explica Brasil (2010), sendo o programa Bolsa Família, caracterizado como Política Pública distribuidora e transferidora de renda às famílias de baixa renda, excluindo milhares de pessoas da miséria, além de baixar os níveis de desnutrição crônica em crianças, com tempo de vida inferior a um ano de idade.

O entrevistado S2 salientou que, embora as políticas públicas de combate à fome e desigualdades sociais tenham sido intensificadas nas últimas décadas, a fome ainda é uma realidade no município de Santana do Livramento e que, com o incentivo de estudos acadêmicos juntamente aos gestores e à população no sentido da especulação do problema da falta de alimento às famílias santanenses, poderão ser delimitadas as reais necessidades da implementação de Políticas Públicas locais de combate à fome. Neste sentido, FAO (2018) pondera que líderes políticos possam desenvolver pesquisas de alcance, para apurar as necessidades da população.

Já para a entrevistada S3, a existência de duas unidades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em Santana do Livramento, representam um importante papel na assistência às famílias carentes, uma vez que estas recorrem aos CRAS, quando existe alguma situação de vulnerabilidade atingindo àquelas pessoas. A declaração da secretária S3, corrobora com os principais objetivos do CRAS, especificados durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff, no período de 2010 a 2011, que pauta-se na pretensão de “superar a ação fragmentada e segmentada, direcionar sua organização em torno da matricialidade sociofamiliar, e descentralizar serviços, ofertando-os em locais próximos da moradia das famílias.”(BRASIL, 2010, p. 6).

Quanto às percepções dos usuários sobre as relações entre os atores da gestão pública municipal e a população em situação de vulnerabilidade que necessita das Políticas Públicas, as declarações divergem entre si. Nos relatos do entrevistado U1, ainda que exista interesse por uma pequena parcela da gestão municipal quanto às necessidades da população em situação de vulnerabilidade alimentar, não há a assistência efetiva ao problema da fome e a outras questões de necessidades, como por exemplo, saneamento básico. Conforme fala do Entrevistado U1, tem-se que:

Olha, fazem quatro anos que moro aqui. Nesse tempo, nunca estive ninguém aqui na minha casa. Não sei se é o certo, mas acho que o certo seria “eles” me ajudarem. Quando mudei para cá, era só mato na frente da minha casa e eu, com criança pequena em casa correndo na frente, tive que dar um jeito: fui adquirindo um bueiro, dois bueiros e arrumando o problema de esgoto a céu aberto.

Para a usuária U2, é necessário que ela própria procure por ajuda juntamente à assistência social do município, considerando que mesmo residente em um bairro carente, dificilmente os responsáveis pelas questões que atingem a população necessitada vão ao encontro da entrevistada U2. A usuária ainda fez uma observação bastante relevante, relatando que exista um maior interesse dos atores ligados à política santanense quanto aos problemas da comunidade,

sobretudo, em época de eleições municipais, como relatou “Na minha casa, nunca apareceram. Se eu preciso, eu vou atrás “deles”, mas aqui nunca vieram. Só aparecem em época de eleição” (U2).

O relato da entrevistada U2, assemelha-se às críticas de Secchi (2013) que descrevem um cenário onde os políticos tendem a dar importância, nos momentos de campanha eleitoral, aos problemas públicos com ênfase na mídia, retardando questões importantes de ordem pública que poderiam ser resolvidas anteriormente.

A entrevistada U3 pondera que, durante o tempo em que reside naquela localidade, observou a movimentação e a presença de pessoal ligado à assistência social e gabinete da primeira dama e também, o lançamento de campanhas de apoio à comunidade carente, disseminadas por cidadãos representantes de outra vertente do poder público, como policiais federais, por exemplo. A entrevistada acha importante a noção de solidariedade no contexto do combate à fome. Neste contexto, considerou-se relevante o que Landin (1993) explana sobre o papel das ONGs, onde estas podem atuar também como conjuntos formados por entidades, agentes e ativistas, que compartilham dos mesmos ideais.

Conforme o diário de campo resultante das observações participantes realizadas, notou-se que tanto o entrevistado U1 quanto U2 são visivelmente pessoas em situação de vulnerabilidade social e que requerem atenção do poder público.

Quando abordados sobre a questão da mídia, como articuladora e divulgadora das Políticas Públicas de combate à fome, as opiniões dos entrevistados em geral, apresentaram relatos diferenciados. Se por um lado os(as) secretários(as) tinham acesso aos mais diversos meios de comunicação como rádio, jornal impresso e televisão, ainda existem usuários que sequer escutam rádio ou assistem televisão devido a dificuldades econômicas. Um registro bastante relevante no contexto das dificuldades enfrentadas pela população carente foi feito na fachada da casa da entrevistada U2, onde a iluminação no interior da residência era produzida por meios alternativos, como um candieiro ou vela, condição esta revelada na foto abaixo:

Fotografia – Fachada da Casa da Entrevistada U2



Fonte: Elaborada pela autora.

Na percepção da entrevistada S1, os programas sociais costumam ter uma divulgação satisfatória na mídia. A secretaria também ressalta que o próprio órgão referente à assistência social, desempenha um papel significativo na divulgação das Políticas Públicas de combate à fome. Segundo a entrevistada, na atualidade, 99% das pessoas que necessitam dos programas sociais, são conhecedoras dos seus direitos.

A dimensão dada pela mídia de televisão e jornais às políticas sociais, segundo Brasil (2010, p.96) “tem influído na percepção da opinião pública sobre o que se consideraria suas fortalezas e debilidades e essa vigilância da imprensa tem contribuído para corrigir e melhorar a implementação dos programas.”

De acordo com o entrevistado S2, as opiniões provenientes de grandes lideranças do Poder Executivo nacional na atualidade, tratam a questão da fome como se esta não existisse de

fato, informações estas expostas pela grande mídia composta por rádio e televisão. Essas declarações errôneas, fazem com que o problema da fome não ganhe a dimensão que realmente necessita para ser sanado. Ainda conforme a fala do entrevistado S2, a imprensa representa um papel importante nas questões sociais, como foi explanado no trecho da entrevista a seguir:

A fome é um problema sério e mata. A imprensa é importante mas é também falível, se movendo, muitas vezes, por interesses. É necessário haver um filtro nas informações, para não haver o comprometimento da verdade. A imprensa é uma importante ferramenta como divulgadora das Políticas Públicas de combate à fome, podendo ser mais qualificada no sentido de articuladora da cidadania.

Nesse sentido, Lima e D'Ascenzi (2018) destaca que os meios de comunicação tem poder suficiente para influenciar a opinião pública, manipulando a mídia positiva ou negativamente.

De acordo com a entrevistada S3, ainda que existam páginas nas redes sociais, endereços eletrônicos ligados à Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e sejam concedidas entrevistas às rádios da cidade, a divulgação das possíveis Políticas Públicas não abrange toda a população. Essa carência na divulgação dos Programas Sociais compromete também a aquisição de voluntariado.

Na percepção dos usuários sobre a mídia como divulgadora das Políticas Públicas no combate à fome percebeu-se algumas disparidades no sentido do acesso dos entrevistados às informações: enquanto os usuários U1 e U3 dispõem de rádio, televisão e internet, a usuária U2 não tem acesso à informação, devido às dificuldades financeiras.

De acordo com o pouco que a entrevistada U2 relatou já ter visto sobre ajuda à população carente, sobretudo nas campanhas eleitorais, ela diz “não acreditar”. O entrevistado U1 falou que existe pouca divulgação por parte da mídia enquanto a entrevistada U3 relatou encontrar maiores informações sobre ações solidárias nas redes sociais.

Outro aspecto ampliado pela pesquisa, foi a atual situação econômica e social dos municípios, devido à falta de grandes centros industriais na cidade, considerando que, outrora, havia uma grande fábrica no município, a qual proporcionou milhares de oportunidades de emprego em Santana do Livramento e região. Os entrevistados foram unânimes em declarar que, a falta de fábricas e empreendimentos geradores de emprego à população santanense, elevam os casos de dificuldades financeiras e, conseqüentemente, à falta de alimentação básica e de qualidade. A entrevistada S1 relatou que, o desemprego afeta às famílias, visto que existe uma grande dificuldade em arrumar outra vaga de trabalho.

O entrevistado S2 enfatizou que, quando ocorre o fechamento de uma grande indústria, como foi o caso da Swift Armour em Santana do Livramento, a qual segundo o entrevistado empregava cerca de cinco mil pessoas, a renda das famílias do município foram praticamente extintas, obrigando a um processo migratório da população santanense para outras localidades do país.

Na percepção da entrevistada S3, o fechamento da indústria frigorífica em Santana do Livramento, que era a base da economia do município foi um processo de mudanças tais como a mudança de pessoas para outras localidades devido ao grande grau de vulnerabilidade social e econômica, decorrente do desemprego em massa. Segundo a secretária S3, alguns fatores contribuem hoje para que a economia e o desemprego se mantenham em níveis estáveis, tais como a integração comercial Livramento-Rivera e a produção de produtos locais como vinho, azeite de oliva e queijos. Contudo, essas iniciativas locais de crescimento e geração de renda,

ainda não são suficientes para a resolução do problema representado pelo desemprego, situação esta geradora de problemas sociais como a fome.

As declarações dos secretários S1, S2 e S3, corroboram com a visão de Albornoz (2018) que considera como maior problema econômico-social nos dias atuais em cidades como Santana do Livramento, o fechamento de grandes indústrias, responsáveis pela arrecadação considerável de ICMS. Se por um lado os cofres públicos sofrem o impacto da desindustrialização, a população sofre com o desemprego em massa.

O usuário U1, que é comerciário em Santana do Livramento, admite trabalhar no que aparecer, apesar de reconhecer a falta de oportunidades de emprego no município. A entrevistada U2, reconhece que a cidade está precisando gerar empregos, para superar a crise financeiro-alimentar no município. A entrevistada U3, considera ser importante a vinda de uma grande indústria, já que a mesma trabalha como diarista na cidade vizinha de Rivera, no Uruguai, não possuindo trabalho fixo. A questão da binacionalidade no estilo de vida econômica da população santanense, foi evidenciado quando Albornoz (2018) faz menção ao conjunto de crenças, valores e grande fluxo de pessoas presentes na região sul rio-grandense, que estimulam as relações trabalhistas entre os países do Brasil e do Uruguai.

Quando a questão é sobre as dificuldades no desenvolvimento de Políticas Públicas de combate à fome, na percepção dos entrevistados, essa carência na tomada de iniciativas, têm várias causas: crise financeira, a falta de conhecimento, a fundo, sobre o real problema da fome no município de Santana do Livramento e a falta de interesse por parte das lideranças políticas.

A entrevistada S1 enfatizou que as Políticas Públicas de combate à fome como o Programa Bolsa Família, prestam assistência satisfatória às famílias necessitadas do município. Além das políticas à nível federal, existem laudos e pareceres por parte da assistência social, o que possibilita a distribuição de cestas básicas para a população carente.

O entrevistado S2 ressaltou que, além de não ter condições financeiras de desenvolver Políticas Públicas locais de combate à fome, o município de Santana do Livramento enfrenta uma situação de dependência econômica juntamente à União, ficando a cargo desta o investimento necessário para a realização de iniciativas políticas.

De acordo com as percepções da entrevistada S3, além das dificuldades financeiras enfrentadas pela atual gestão municipal, as Políticas Públicas já existentes no cenário nacional, apresentam uma forma muito engessada de atuação, ou seja, não abrangem as especificidades de uma comunidade. No sentido de desburocratizar a assistência à população necessitada, segundo a a secretária S3, é preciso que se crie uma rede de voluntariado no combate à fome e à vulnerabilidade social, como relatou neste trecho da entrevista S3:

As Políticas Públicas aplicadas aqui no município, à nível estadual e federal, funcionam de forma muito engessada. Para suprir essa deficiência, está sendo criado o Departamento de Ação Social, programa de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e social, desenvolvido por uma rede de voluntariado. Existem crianças residentes no bairro São Paulo que nem ao menos conhecem o centro da cidade, nunca frequentaram a escola.

O contexto da entrevista cedida pela secretária S3 assemelhou-se a Lopez e Abreu (2018), autores que almejavam demonstrar ao realizar entrevistas destinadas a gestores de órgãos federais: os principais fatores por ordem de importância que, segundo os gestores federais, tornam a participação das ONGs necessárias como entidades desburocratizantes no processo de implementação das Políticas Públicas.

Quanto às dificuldades encontradas na implementação de Políticas Públicas de combate à fome no município de Santana do Livramento, os entrevistados U1, U2 e U3 consideraram que os fatores da falta de vontade e da pouca mobilização por parte dos representantes políticos caracterizam o insatisfatório desenvolvimento na criação de políticas sociais.

4.2 Banco de Alimentos no Brasil

Os entrevistados foram abordados sobre a extinção do Banco de Alimentos em Santana do Livramento, empecilhos na implementação do mesmo como Política Pública local de combate à fome, sua importância e espaços físicos para seu funcionamento no município.

A entrevistada S1 relatou que existe um prédio destinado ao Banco de Alimentos em Santana do Livramento, porém a secretária S1 desconhece a razão do fechamento dessa instituição. A entrevistada ainda faz menção às iniciativas do atual governo municipal que visam a implementação do Banco de Alimentos novamente no município. Essas declarações foram complementadas após os relatos da entrevistada S3, nos quais ficam explícitos a seguir, os reais motivos que dificultam a implementação do Programa Banco de Alimentos:

A falta de interesse da iniciativa privada, foi a principal causadora do fechamento do Banco de Alimentos. O Poder Público não pode ter envolvimento no Banco de Alimentos, pode incentivar, mas não pode se envolver. Já reunimos a comunidade na tentativa de reativá-lo, mas eles entenderam que era inviável, pela estrutura que necessita um Banco de Alimentos. Não temos um número suficiente de voluntários para manter um Banco de Alimentos, nem lugar adequado para o armazenamento desses alimentos.

Nesse sentido, Gasparoni (2017) pondera que, em uma instituição como o Banco de Alimentos, o serviço de voluntariado pode ser desempenhado por atores técnicos bem como por ONGs que atuem no âmbito municipal.

Ainda de acordo com a entrevistada S3, estão sendo buscadas outras formas de arrecadação de alimentos na cidade, assim como acontece na Campanha do Agasalho, onde há o envolvimento da comunidade na doação de roupas e alimentos, que serão doados posteriormente, às entidades beneficentes.

O entrevistado S2 acredita que existe certa desarticulação entre os principais atores como Poder Público, iniciativa privada e comunidade, no sentido de reativar um programa de combate à fome como o Banco de Alimentos. O secretário S2 ainda observou que existe certa fragilidade na cidadania, onde programas como o Banco de Alimentos, tenham que transcender ao Poder Público, estando sob o controle social.

Conforme Gasparoni (2017) as entidades socioassistenciais, uma vez cadastradas na política de Banco de Alimentos, podem ser as articuladoras do esforço coletivo municipal, citação que corrobora com a visão do entrevistado S3, de que o Banco de Alimentos pode ser visto como uma política social. Em contrapartida, com o Programa Fome Zero acreditava-se que, as dificuldades na implementação do Banco de Alimentos estavam ligadas diretamente à falta de normas legais necessárias, onde um conjunto de atribuições e compromissos “[...] não estão colocados em dispositivos legais que possam garantir a unicidade da execução, a padronização dos serviços e a garantia da sustentabilidade do Banco de Alimentos como equipamento público” (BRASIL, 2010, p. 22).

Na percepção dos usuários, foi relevante o fato destes não terem conhecimento do Programa Banco de Alimentos. O usuário U1 relatou não ter conhecimento deste Programa no Município de Santana do Livramento. No entanto, achou interessante a proposta, mesmo sendo

contra alguns programas de inclusão social, como o Programa Bolsa Família. Na visão do usuário U1, deve haver um maior incentivo por parte da Gestão Pública, na implantação de oportunidades de emprego, visto que, para ser usuário de programas como Banco de Alimentos e Bolsa Família, as famílias precisam ter renda muito baixa.

A entrevistada U2 relatou que não teve conhecimento sobre a instituição Banco de Alimentos, durante tempo que a mesma residiu no Bairro São Paulo, localidade na qual existira outrora o Banco de Alimentos Santanense. Durante a entrevista concedida pela usuária U2, no diário de campo deste estudo fez-se um registro bastante curioso sobre a situação dos moradores daquela residência: a neta mais nova da usuária, de aproximadamente 6 anos de idade, volta para casa, trazendo uma sacola cheia de bananas doadas pela vizinha.

Quando abordados sobre os espaços físicos possíveis para a implementação do Banco de Alimentos, secretários e usuários mostraram visões diversificadas. A entrevistada S1, relatou haver um prédio para o funcionamento do Banco de Alimentos Santanense, porém ponderou a existência de outras propostas oriundas do atual governo municipal.

O entrevistado S2 acredita que existem espaços físicos aproveitáveis para a implementação de um Banco de Alimentos Santanense, conforme sua fala “Existem prédios... Quanto a esse assunto, do meu ponto de vista, não existe problema algum.”(S2).

A importância de ter um espaço físico adequado para o funcionamento de um Banco de Alimentos é evidenciada por Brasil (2006, p.28) afirmando que “Os alimentos recebidos devem ser inspecionados e armazenados o mais rápido possível a fim de manter a qualidade do produto.”

De acordo com a entrevistada S3, não existem prédios com as condições ideais para o funcionamento de um Banco de Alimentos. Segundo a secretária, existe uma carência de espaços físicos para este fim, devido à situação de aluguel em que se encontram os prédios pertencentes ao Poder Público. A entrevistada S3 mencionou a existência da “lojinha” do Programa Municipal Ação Solidária, local onde são feitas doações o ano todo de agasalhos entre outros itens, na intenção de suprir algumas necessidades básicas da população carente.

Na percepção dos usuários U1, U2 e U3, existem espaços físicos capazes de serem reaproveitados para a implementação de um Banco de Alimentos Santanense.

4.3 Restaurante Popular: Conceitos e Características

Secretários da administração pública e usuários de Políticas Públicas foram abordados sobre as possibilidades da criação de um Restaurante Popular Santanense, a contribuição deste nas questões de desperdício alimentar e a sua importância na oferta da alimentação a preço mais acessível às pessoas de baixa renda.

A entrevistada S1 ressalta que, para a implementação de um Programa como o Restaurante Popular em Santana do Livramento, é necessário que se faça um estudo sobre o público usuário de uma Política Pública como esta, que envolveria questões como esses usuários já serem beneficiários de outras políticas, como o Programa Bolsa Família, por exemplo. Esse estudo, demandado pela visão da gestão é, segundo a secretária S1, essencial no sentido do planejamento de custos e espaços físicos, ou seja, sem o conhecimento dos gastos e estruturas, os restaurantes populares e refeitórios públicos, correm o risco de fechar no longo prazo. A entrevistada ainda pondera que, projetos como o Restaurante Popular, estejam previstos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO - do município, mesmo que não sejam realizados.

Os relatos da entrevistada S1, os quais acreditam ser pertinentes estudos sociais, no sentido da criação de um restaurante Popular, são corroboradas por Dutra (2007) que explana questões como as mudanças no estilo de vida das famílias, com a ascensão da mulher ao mercado

de trabalho, a informalidade trabalhista, a diminuição do tempo para as famílias se reunirem nos horários das principais refeições do dia, entre outras.

De acordo com a percepção do entrevistado S2, deve haver um estudo de análise das possibilidades e necessidades da implementação de um projeto como o Restaurante Popular. O secretário pondera que cada vez mais o governo padece em investimentos financeiros.

A entrevistada S3, reconheceu ser interessante uma iniciativa como a implementação de um Restaurante Popular Municipal, porém, relatou uma maior preocupação em assistir diretamente às entidades e comunidades carentes.

Desta forma, a preocupação da entrevistada S3 com as famílias carentes, localizadas em grandes vilarejos, corrobora com Brasil (2004) que pondera como principal objetivo dos restaurantes populares no Brasil, oferecer alimentação balanceada e segura em áreas que apresentem grande concentração de pessoas que, muitas vezes, se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar.

Quanto à questão do desperdício alimentar, por grandes centros supermercadistas em Santana do Livramento, a entrevistada S3 afirma ter conhecimento das doações desses comércios, às entidades filantrópicas do município. De acordo com o entrevistado S2, é importante uma parceria entre Restaurante Popular, supermercados e nutricionistas, no sentido de controle de desperdício de frutas e verduras e que poderia ajudar no suprimento de um Restaurante Popular.

A entrevistada S1, afirma ter conhecimento que muitos dos alimentos, antes de entrarem na fase de descarte, já estão sendo destinados para instituições filantrópicas.

Nesse sentido, Brasil (2010) destaca que o Programa Restaurante Popular pode articular-se com o Programa Banco de Alimentos, no que tange à subsistência destes restaurantes através dos gêneros alimentícios adquiridos, parceria que é responsável pela redução do desperdício.

Quando o assunto é sobre a acessibilidade e importância do Restaurante Popular na rotina dos trabalhadores, que moram afastados do centro urbano de Santana do Livramento, os entrevistados S1, S2 e S3 ponderam que seja necessário um estudo sobre seus frequentadores, no sentido de ser boa ou não, a criação de políticas como o Restaurante Popular. A entrevistada S1 enfatizou que “É necessário uma pesquisa: quem vai utilizar o restaurante popular? Quem é meu público? Não consigo visualizar, até por que aqui não estamos falando em uma grande metrópole!”(S1).

De acordo com Brasil (2010), as refeições fornecidas pelo Programa Restaurante Popular, ajudam às famílias beneficiadas, no sentido da ampliação de suas rendas e qualidade de vida, onde um dinheiro que era aplicado em sua maioria em alimentação poderia trazer outros benefícios ao trabalhador de baixa renda.

Conforme as percepções dos usuários U1, U2 e U3, a implementação de um Restaurante Popular é importante para o município de Santana do Livramento/RS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciando-se as considerações finais desta pesquisa, retoma-se o objetivo principal do presente estudo que foi identificar as percepções dos atores sociais e políticos, sobre as dificuldades na implementação de Políticas Públicas Municipais de combate à fome, no município de Santana do Livramento/RS.

Cabe salientar que, quando se aborda sobre as Políticas Públicas, é importante a conscientização de que tais políticas de cunho inclusivo social surgem através da identificação de um problema para sua posterior resolução. O ideal é que as Políticas Públicas culminem para um

término, ou seja, exerçam o seu papel transformador social resolvendo de fato um problema, para depois então serem extinguidas.

Ao final deste estudo, com base no primeiro objetivo específico sobre a identificação das Políticas Públicas e os atores responsáveis/ONGs que atuem no sentido de combate da fome, da miséria e das desigualdades sociais no município, foi possível observar que as políticas públicas não têm chegado aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Ao ir a campo para observar-se as políticas de combate à fome, viu-se que no município ainda existem pessoas com esgoto a céu aberto correndo em frente as suas casas. Neste sentido, identifica-se que o município não atende de maneira eficiente as questões primárias em termos de Políticas Públicas, tendo como exemplo a questão do saneamento básico, tornando então mais distantes outras necessidades como o combate à fome.

Existe uma relação de trabalho entre secretários da atual gestão municipal no que concerne a elaboração e execução de Políticas Públicas para o município, entretanto tais políticas não são eficazes para todos os necessitados das mesmas, principalmente quando o assunto são os programas sociais.

Com relação ao segundo objetivo específico, que buscou verificar as condições necessárias para a implementação do Banco de Alimentos como Política Pública no município de Santana do Livramento, evidenciou-se que essa instituição, outrora existente na cidade, na atualidade não está em funcionamento devido à desarticulação entre Poder Público, iniciativa privada e sociedade em geral. Identificou-se com este estudo que, para o Banco de Alimentos Santanense ser reativado, será necessário o interesse por parte do setor privado, no sentido da doação de alimentos. Entretanto, não se vê uma articulação eficaz entre o setor privado e os entes públicos no sentido de minimizar um problema visível na cidade, como o drama da fome, principalmente nos bairros de periferia.

Com relação aos espaços físicos disponíveis ao Banco de Alimentos, percebeu-se que, mesmo que existam prédios para sua implementação, outros fatores influenciam negativamente no sentido destes locais serem utilizados para fins filantrópicos.

No que tange ao terceiro objetivo específico, destinado a conceituar e caracterizar o Restaurante Popular em Santana do Livramento, no sentido de perceber-se a sua importância na alimentação da população carente do município, foi possível identificar que, para uma instituição como esta ser implementada, é necessário que se realizem pesquisas e estudos, no âmbito municipal, que avaliem a sua real necessidade de existência. Entendeu-se que a implantação deste tipo de restaurante requer a elaboração de uma Política Pública que permita a sua implementação e continuidade, visto que já existiu um refeitório público no município, porém em função de políticas e estratégias mal elaboradas, não houve a continuidade deste espaço para o preparo de refeições no sentido de combate à fome na cidade.

O estudo permitiu visualizar que o Restaurante Popular, no que tange à diminuição de desperdício alimentar por lojas supermercadistas acaba sendo uma grande alternativa neste século XXI para o combate ao desperdício, visto que há um entendimento de que a humanidade em algumas décadas passará por forte escassez de alimento, o que seria dever do estado contribuir desde já para o não desperdício.

Fato positivo observado foi que, mesmo não existindo o Restaurante Popular Santanense, os alimentos que podem ser reaproveitados, estão sendo doados para entidades assistenciais. Entretanto observa-se o Estado está repassando para as ONG's e sociedade civil organizada um papel que é seu.

De acordo com a observação participante realizada neste estudo, foi possível perceber o quanto os programas sociais presentes no contexto social brasileiro, oferecem ajuda às pessoas

em situação de vulnerabilidade, mesmo que de forma insuficiente. Com a inserção nos ambientes pesquisados, notou-se quase nulas as interações entre as unidades de análise deste estudo, representadas por secretarias e usuários de programas de inclusão social e combate à fome.

Ainda que o número de entrevistados seja considerado pequeno para este estudo sociológico, foram apontadas tendências que evidenciam a situação de vulnerabilidade social enfrentadas por grande parte dos municípios. Residências muito danificadas, ruas de difícil acesso, falta de condições dignas e cidadãs de vida às pessoas como energia elétrica e saneamento básico também foram registrados.

Conclui-se que, as dificuldades na implementação das Políticas Públicas de combate à fome no município de Santana do Livramento/RS, existem devido a uma infinidade de fatores, dentre eles a falta de uma interação satisfatória entre os atores formadores das Políticas Públicas limitações financeiras da atual gestão municipal, carência de locais para o funcionamento de um Banco de Alimentos e um Restaurante Popular, entre outros. Tendo como pano de fundo o problema da fome, é importante ponderar a necessidade da gestão municipal local em ser mais atuante junto às comunidades carentes, indo constantemente ao encontro destas.

Como sugestão, traz-se a necessidade de investimento em novas parcerias, compostas por ONGs e a sociedade em geral. Cabe salientar-se que outras vertentes de trabalho social e filantrópico, como entidades religiosas e voluntariado, podem contribuir no sentido da tomada de iniciativa na luta por novas Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **Armour, Uma aposta no pampa**. 2ª edição. p. 11. Santana do livramento: Kunde Industrias Gráficas, 2018. p. 11.

BRASIL .**Fome Zero: Uma história brasileira, Volume III**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Volume 3. Brasília : 2010. p. 93-223. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/fome%20zero%20Vol3.pdf>> Acesso em 22 de abril de 2019.

————— **.Boas Práticas de Manipulação em Bancos de Alimentos - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Embrapa**. Rio de Janeiro - RJ, outubro de 2006 p. 28. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/...alimentar/boaspraticasbancodealimentos.pdf>> .> Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

————— **.Manual Programa Restaurante Popular - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, setembro de 2004. Disponível em: <https://www.bvsms.saude.gov.br/bvs/.../projeto_logico_restaurante_popular.pdf> . Acesso em 16 de abril de 2019.

CASTRO, Josué de. **GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

DUTRA, Márcia Maria de Medeiros. **FOME DE CIDADANIA E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE POPULAR MESA DO POVO EM FORTALEZA - CEARÁ.** Dissertação (Mestrado) - Curso de mestrado profissional em avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2007. Disponível em: <<https://www.mapp.ufc.br/.../Microsoft-Word-marcia-versão-FINALmodificada-out-081.pdf>> Acesso em 22 de abril de 2019.

GASPARONI, Gisely Peron. **Banco de Alimentos como espaço articulador de Políticas Públicas - A experiência de Ubá - MG.** In: II ENCONTRO NACIONAL DE Gestores De Bancos de Alimentos, 30 de novembro e 1º de dezembro DE 2017. Brasília/ DF. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/...alimentar/banco_de_alimentos/.../Banco_de_alimentos_como_espaço_articulador_de_Políticas_Públicas.pdf> Acesso em 13 de março de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. 5ª reimp. São Paulo: Atlas, 2012. p. 27-103.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. p. 12. São Paulo: Atlas, 2010. p. 12.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível. Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1993. Disponível em: [https://www.forumeja.org.br/sites/forumeja.../a-invencao-das-ongs-\(\)-leilah-landim-assumpcao.pdf](https://www.forumeja.org.br/sites/forumeja.../a-invencao-das-ongs-()-leilah-landim-assumpcao.pdf)>. Acesso em 24 de maio de 2019.

LIMA, Luciana Leite; D' ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local.** 1ª ed. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 42-51. 186 p.

LOPEZ, Felix Garcia; ABREU, Rafael. **ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Texto para discussão: A participação das ONGs nas Políticas Públicas: o ponto de vista dos gestores federais,** p.13. Brasília: abril de 2014. Disponível em:

<https://www.participa.br/.../ponto_de_vista_dos_gestores_federais.pdf> . Acesso em 21 de maio de 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 68-178.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Jailson Ribeiro de; SILVA JUNIOR, Samuel Gomes da. **Atuação das Organizações Não Governamentais - Relação com o perfil dos atores e gestores.** SEGeT 2013 - Simpósio de excelência em gestão e tecnologia/ Gestão e Tecnologia para a Competitividade, 23,24 e 25 de outubro de 2013. Paraíba: outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos/3/29518608.pdf>> Acesso em 24 de maio de 2019.

ONU; FAO. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Livro de atividades - Trabalhando pela Fome Zero, 2018.** p.8. Disponível em:
<<https://www.fao.org/3/i9420pt/I9420PT.pdf>.> Acesso em 22 de abril de 2019.

PEREZ, Olivia Cristina. **ONGs e governo: Um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no Centro de São Paulo e as relações com a administração municipal.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São paulo-SP: 2005. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/.../ONGs_e_governo_Olivia_Cristina_Perez.pdf.>. Acesso em 19 de maio de 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry et. al **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3ª ed. - 14ª reimp. São Paulo: Atlas, 2012. .

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde.../JOSE_RAIMUNDO_SOUSA_R_J.pdf.> Acesso em 02 de abril de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste COREDE - FO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2010 - 2020) RELATÓRIO FINAL.** Disponível em:
<<https://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket..tabid=5363...>> Acesso em 03 de abril de 2019.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas (Folha Explica).** 2ª reimp. da 1ª ed. de 2010. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 21,22-23.

SECCHI, Leonardo. **POLÍTICAS PÚBLICAS: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 1-99.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. p. 64-132.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.